

Introdução

As ideias são sempre fruto do seu tempo, e este seu enraizamento permite que através do estudo das ideias compreendamos melhor o tempo em que elas aparecem ou ganham corréncia. Ao longo do século XX, muito mais do que noutras épocas, desenvolveram-se diversos conjuntos de ideias sobre a vivência no plano internacional e a forma como as pessoas, as instituições e os grupos se movem nesse plano. Esta evidência parece indicar que o contexto internacional se tornou progressivamente mais importante e decisivo para pessoas e para sociedades, mais determinante nas suas vidas e nas suas opções. Parece igualmente irresistível a sugestão de que o mundo contemporâneo é movido por dinâmicas que são mais vastas no seu alcance e mais imediatas nos seus efeitos do que o mundo do século XIX ou de períodos anteriores.

Na senda destas constatações é natural que tenha surgido, crescendo ao longo do século XX, uma especialização académica dedicada ao estudo destas matérias, relações internacionais (RI)¹, uma disciplina que emerge com uma tripla missão científica: compreender as especificidades do meio ambiente internacional, sublinhando aquilo que distingue as dinâmicas internacionais de outras dinâmicas mais restritas; colmatar as lacunas que se faziam sentir em disciplinas vizinhas, como a história, a sociologia, a economia ou a antropologia, contribuindo, por sua vez, com a compreensão das dinâmicas internacionais para o aprofundamento do conhecimento noutras áreas das ciências sociais; e,

¹ Seguimos o hábito de utilizar a sigla «RI» para falar da disciplina e o termo «relações internacionais», por extenso, para falar do conteúdo da disciplina.

terceiro mas sobretudo, incumbiu-se à nova disciplina a missão de compreender o mundo para o alterar, nomeadamente evitando tragédias como a que se viveu entre 1914 e 1918.

Hoje, mais de oito décadas depois da fundação simbólica da disciplina numa pequena universidade galesa, Aberystwyth, não nos é possível fazer um balanço muito positivo quanto a esta tripla missão. As explicações sobre a natureza específica do meio internacional acabaram por se enraizar tão obstinadamente na distinção entre o nacional e o internacional que se subestimaram as múltiplas e profundas ligações entre os dois planos, dando às fronteiras físicas um estatuto que não é de todo sustentável. Em boa medida por essa razão, as outras áreas das ciências sociais pouco aproveitaram da existência desta nova disciplina, apesar de se viver, em RI, de um fluxo contínuo de ideias provenientes das disciplinas vizinhas. Por último, a violentíssima história do século XX, que se prolonga nestes primórdios do século XXI, serve de testemunha eloquente quanto ao falhanço da disciplina como antídoto para as tendências guerreiras da humanidade.

Esta apreciação pouco entusiástica não encontra muitos ecos dentro da disciplina, e sem dúvida que se poderão apontar sinais contrários². Enquanto espaço de encontro para um conjunto de debates, por exemplo, esta área continua a demonstrar vivacidade, entusiasmo e energia. E nas universidades, um pouco por todo o mundo, multiplicam-se as licenciaturas e pós-graduações em RI, reproduzindo-se desta forma uma comunidade científica endógama e confirmando que alastra, mesmo que em moldes vagos e pouco coerentes, a ideia de que a compreensão do meio internacional é decisiva para a compreensão do mundo contemporâneo.

Apesar de não considerarmos que a disciplina actual esteja a corresponder aos seus propósitos iniciais, partilhamos a convicção sobre a necessidade de uma disciplina dedicada especificamente ao meio internacional. E, apesar do fraco grau de sucesso registado até ao momento, não consideramos impossível que a disciplina venha a aproximar-se mais convictamente do seu potencial como metadisciplina, absorvendo e estabelecendo pontes entre as visões das diversas ciências sociais e da história. Aliás, é precisamente por acreditarmos nessa possibilidade que consideramos importante fazer um balanço retrospectivo da disciplina.

² Uma das poucas auto-avaliações críticas que a disciplina produziu e que merece referência a propósito dos comentários que acabamos de fazer é um artigo de Barry Buzan e Richard Little (2001).

Este livro olha para o percurso da disciplina universitária de RI desde o seu nascimento em 1919. Procura explicar os principais conceitos que nortearam esse percurso, situando os debates que animaram a disciplina no espaço em que ocorreram, nomeadamente associando esses debates, aparentemente abstractos e puramente académicos, às preocupações e motivações políticas do momento. Procura explicar as origens históricas de algumas das dinâmicas mais relevantes para o mundo contemporâneo, na convicção (provavelmente minoritária em RI, embora menos hoje do que noutras épocas) de que a riqueza da experiência histórica sentida por pessoas e sociedades se sobrepõe a «regras» e padrões de comportamento internacional identificados a partir de um raciocínio abstracto. Procura oferecer uma visão pessoal da evolução da disciplina, evocando a necessidade de questionar a mitologia oficial da disciplina quanto às sucessivas vagas de ideias que constituem a arqueologia de RI. Procura, sobretudo, assinalar as ideias que se esgotam no contexto imediato em que ocorreram, e as outras, que têm ecos fora do contexto imediato e que lançam sementes que se poderão colher em momentos ainda insuspeitos.

O lugar de RI nas ciências sociais

Em oitenta anos de RI, e especialmente nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se uma comunidade científica especializada, com o seu léxico particular, as suas referências teóricas partilhadas e uma ideia sobre o leque das problemáticas relevantes para a disciplina. Esta ideia do objecto de estudo é ocasionalmente contestada, algo que tende a ser considerado normal numa área científica ainda jovem. Várias gerações de estudiosos, especialmente no meio universitário anglo-americano, trabalharam na convicção de que não havia lugar para dúvidas ou preocupações quanto ao lugar reservado a RI entre as ciências sociais. O seu lugar era definido, normalmente, pela forma insatisfatória com que outras disciplinas compreendiam e contextualizavam o sistema internacional, um sistema que, nesses meios, se considerava anárquico e constituído por unidades (Estados) movidas por impulsos sempre semelhantes, porque eram impulsos que resultavam da condição de Estado independente e soberano. As unidades do sistema eram, portanto, consideradas semelhantes na sua essência, mesmo que muito diferentes em termos de tamanho, poder, cultura ou desenvolvimento. A partir dessa insatisfação, e utili-

zando o relacionamento entre Estados e o meio internacional como problemática fundamental, a comunidade científica que se identificava com a jovem disciplina considerou resolvida, para todos os efeitos, a questão da legitimidade de RI enquanto membro da família das ciências sociais em pé de igualdade com as outras disciplinas.

Esta visão da problemática central da disciplina será estudada e dissecada em vários momentos ao longo do livro; aqui pretendemos apenas assinalá-la para dizer que ela serviu, internamente, para afastar dúvidas epistemológicas. Aliás, os debates epistemológicos em RI, que aparecem aqui e ali ao longo de oito décadas, são surpreendentemente esporádicos e superficiais, pelo menos até à nova vaga de inquietações trazida pelo final da guerra fria.

O contraste surge quando olhamos para a forma como RI é vista a partir de outras disciplinas. A verdade é que RI ainda não tem, junto de especialistas de outras disciplinas, um estatuto de relevo académico. São pelo menos três as principais acusações que se costumam fazer. A primeira, e mais frequente, é que a disciplina nada mais é senão jornalismo internacional contemporâneo, por vezes bem feito e por vezes nem isso, sem o impulso de sistematização e ordenação coerente que tantos frutos deu noutras áreas científicas. Esta acusação releva sobretudo da suspeita de que a crescente apetência pela compreensão do meio internacional por parte de um público alargado (numa era de massificação do ensino universitário no mundo ocidental) levou a que se facilitasse a entrada de RI no universo da academia, relaxando os critérios de acesso.

Segundo, a falta de um corpo de instrumentos conceptuais próprios, que levou a que na disciplina de RI nos habituássemos a conviver com conceitos provenientes de múltiplas áreas científicas, desde as humanísticas às ciências naturais, tende a ser vista como indicação de alguma falta de seriedade. A hibridização pouco criteriosa permite abordagens de saltimbanco, escolhendo ora daqui ora de acolá conforme as conveniências do momento, evitando as perguntas mais difíceis que o uso mais sistemático e intensivo dos mesmos instrumentos poderia provocar. Por outro lado, alguns dos autores de RI que mais sistematicamente utilizam conceitos de uma só área científica, tipicamente a sociologia ou a história, poderão ser apreciados por sociólogos e por historiadores, respectivamente, mas tendem a ser relativamente marginais dentro da disciplina, ou mesmo considerados sociólogos ou historiadores que procuram fazer uma breve incursão em RI.

Terceiro, a dificuldade em estabelecer e consolidar uma problemática clara retira objectividade e convicção à disciplina e faz com que do exterior seja frequentemente vista como uma amálgama de incoerências, convivendo alegre e inconscientemente desde que de alguma forma o assunto em discussão seja «internacional». Já se fez referência à ideia da relação entre Estados e o meio internacional como a problemática central da disciplina. Dentro da disciplina muitos considerarão esta afirmação satisfatória. Vistas de fora, as perguntas que esta afirmação provoca acabam por ser tão substanciais que levantam sérias dúvidas sobre a seriedade ou pelo menos a utilidade da ideia: o «Estado», afinal, o que é? Que forças sociais deverão ser incluídas na análise, ou basta pensar na entidade abstracta que assume um lugar na Assembleia Geral das Nações Unidas? O «meio internacional» pode incluir tudo ou só algumas forças e pressões? Se for este o caso, quais e com que critérios? Em suma, a chamada problemática central acaba por ser apenas uma fórmula que mascara questões verdadeiramente fundamentais que separam radicalmente as diversas correntes que convivem na disciplina, algumas das quais com fortes dúvidas acerca da viabilidade de RI enquanto disciplina académica.

Ainda mais relevante e demolidor do que qualquer destas críticas é a simples constatação de que, com raras excepções, as outras áreas das ciências sociais vivem e progridem com absoluta indiferença e desinteresse por aquilo que se vai pensando e debatendo em RI. Mesmo em áreas com enorme sobreposição nos objectos de estudo, como sejam a economia internacional ou a história internacional, os conceitos e os debates de RI acabam por praticamente não ter eco ou consequência.

Ao longo do livro estas questões aparecerão e reaparecerão sob múltiplas formas, à medida que as várias épocas e escolas de pensamento são referidas. Mas em defesa da disciplina é justo que se chame desde já a atenção para factores que de alguma forma atenuam as acusações. Primeiro, nenhuma disciplina sobreviveria a um exame no qual a obra de meia dúzia de autores de uma só corrente fosse analisada à lupa como se fossem inteiramente representativos da disciplina. Com grande frequência, as críticas que se dirigem a RI referem sobretudo a obra de um pequeno conjunto de autores, já que a diversidade de abordagens é considerada sintomática da confusão reinante, e não indício de uma riqueza de recursos que pode invalidar algumas das acusações que são feitas.

Segundo, alguns dos pressupostos fundamentais de outras disciplinas são igualmente questionáveis. Basta pensar no *homo oeconomicus*,

que é a pedra basilar de toda a disciplina de economia e que nunca foi visto fora dos livros. Faz já um século que Thorstein Veblen ridicularizou as características e os impulsos que a disciplina de economia tinha de imputar às pessoas (e os outros que tinha de fazer esquecer) para desenvolver o seu raciocínio³. A história, a vida em sociedade, a psicologia, em suma tudo aquilo que constitui a subjectividade humana, eram inconvenientes e, portanto, banidas da natureza do *homo oeconomicus*. Grande parte da história da disciplina de economia ao longo do século XX foi marcada pelos esforços de economistas para construir pontes entre o seu *homo oeconomicus* e os homens e as mulheres que todos conhecemos, e os progressos feitos nessa matéria ajudam a credibilizar a metodologia que também em RI se procura utilizar.

De uma forma mais geral, podemos dizer que os critérios académicos que se aplicam para criticar a disciplina de RI bem poderiam produzir fortes críticas a outras disciplinas. Há, efectivamente, um importante hiato entre a prática quotidiana dentro das disciplinas académicas e os princípios orientadores da epistemologia relevante. A pureza dos critérios académicos que por vezes se aplicam a RI pode fazer imaginar que as outras disciplinas se desenvolvem e crescem no respeito absoluto por regras indiscutíveis, quando, na realidade, todas as disciplinas, incluindo mesmo as ciências naturais, têm um percurso bastante mais turvo e complexo.

As dúvidas que foram aqui afloradas, ainda que de forma muito superficial, constituem uma boa parte do substrato deste livro. O simples facto de dedicarmos este livro à disciplina de RI poderia levar a crer que estas questões já estão, para o autor, resolvidas *ab initio*, mas a verdade é que não há respostas inequívocas e não se encontra entre os propósitos deste trabalho oferecer uma defesa da disciplina ou um argumentário para os que a consideram desnecessária ou pouco merecedora do estatuto que tem no meio universitário. O ponto de partida que justifica a abordagem que propomos sobre RI é muito simplesmente a constatação empírica da sua existência enquanto disciplina universitária e do crescimento dessa condição desde o final da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, a disciplina de RI existe, sem qualquer contestação possível, independentemente das fragilidades que possa ter enquanto contributo para as ciências sociais.

³ V. Galbraith (1989), pp. 171-173.

A conjuntura já referida, de uma apetência por questões internacionais por parte de um público alargado associado a uma era histórica de expansão do acesso ao ensino superior, poderá por si só criar um ambiente propício à reprodução e expansão de RI como disciplina académica, mas, se adoptarmos um horizonte mais alargado, na ordem de várias décadas, parece mais plausível imaginar que o relacionamento entre RI e as restantes ciências sociais será bastante mais decisivo para a sobrevivência da disciplina. Ao contrário daquilo que por vezes poderia supor-se quando lemos as análises feitas por diferentes disciplinas académicas em torno da mesma problemática, o mundo que as ciências sociais têm por missão interpretar é só um. As divisões entre as ciências sociais são de ordem convencional, e não fundamental, isto é, têm as suas origens em momentos históricos específicos, e não em alguma distinção originária e insuperável entre o mundo económico, o mundo histórico ou o mundo sociológico. O mundo é, sem dúvida, multifacetado, fragmentado, fruto e causa de experiências altamente diversas, mas cabe às ciências sociais no seu conjunto ajudar a compreendê-lo, e a organização do saber em disciplinas académicas distintas apenas se justifica, em última análise, na medida em que ajuda a compreender o conjunto. O mundo do economista é o mesmo que se expõe aos instrumentos e à metodologia do historiador, ou do sociólogo, ou do antropólogo. O desafio de longo prazo que se põe à disciplina de RI é saber se é capaz de quebrar o seu isolamento, contribuindo substancialmente para essa missão comum das ciências sociais, ou se continuará absorvido em discussões que o resto do universo científico considera de utilidade duvidosa para as suas problemáticas.

Qualquer que seja a definição exacta que se quiser dar à problemática central ou aos parâmetros dentro dos quais se desenvolve a disciplina, o elemento de internacionalidade será sempre e naturalmente inescapável. Esse factor sugere de imediato que o principal enfoque da disciplina tem de incorporar dinâmicas de largo alcance, abrindo a porta para uma hipótese que aponta para a necessidade de se desenvolver, a partir de RI, uma meta-abordagem, incorporando diversos instrumentos e métodos das ciências sociais e, por conseguinte, abandonando algumas das convenções intelectuais que dominaram a disciplina durante várias décadas. Entre elas, uma que será analisada com particular atenção neste livro é o modelo vestefaliano do sistema internacional, um modelo cuja utilidade hoje se questiona com alguma insistência.

Um dos argumentos que se procuram consolidar ao longo dos vários capítulos que se seguem diz respeito à necessidade premente de se

examinar de novo a relação entre RI e a disciplina de história, absorvendo de forma muito mais sistemática em RI uma abordagem sócio-histórica que permita uma compreensão mais profunda do sistema internacional contemporâneo do que aquela que resulta da aplicação de modelos abstractos cuja contextualização histórica é superficial e facilmente contestável. Este é, julgamos, o caminho para a restauração da credibilidade de RI na família das ciências sociais e o contributo, que julgamos essencial, que esta disciplina tem para a compreensão do mundo que, todos os dias e de forma crescente, nos entra pela vida adentro⁴.

RI: uma disciplina americana?

Uma breve consulta à bibliografia deste livro revelará que uma considerável proporção das fontes utilizadas resulta do trabalho de autores americanos ou britânicos, ou pelo menos de escritores que desenvolveram as suas ideias a partir de uma base universitária no Reino Unido ou nos Estados Unidos. Sem dúvida que esta ênfase pode ser considerada natural por parte de um autor que recebeu as primeiras lições em RI na London School of Economics e que escreveu a maior parte do actual texto em Washington, na Universidade de Georgetown. Dito isso, será, no entanto, importante referir que, provavelmente, este aparente desequilíbrio não é mais do que um reflexo razoavelmente fiel da distribuição do volume global de investigação em RI, e é este factor que exige explicação. RI, afinal, deveria ser, por excelência, uma disciplina capaz de incorporar e organizar as mais diversas experiências humanas, pois os problemas que relevam da internacionalidade manifestam-se por todo o planeta.

A primeira paragem para uma breve mas indispensável visita a este assunto é o famoso texto de Stanley Hoffmann no qual RI é classificada como «uma ciência social americana», devido à conjuntura de três factores fundamentais: predisposições intelectuais, circunstâncias políticas e oportunidades institucionais⁵. A ideia de uma predisposição intelectual americana para RI assenta no optimismo intrínseco a um país relativamente novo e nas convicções iluministas que dominam esse

⁴ O famoso artigo de Fernand Braudel de 1958, «La longue durée», continua a oferecer pistas importantes para a reflexão em RI.

⁵ Hoffmann (1977).

país quanto ao progresso e às possibilidades de resolução dos problemas sociais por via de uma abordagem científica. As circunstâncias políticas são relativamente evidentes, especialmente para o período de maior expansão de RI, que são os anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos se descobrem como a mais poderosa potência mundial e se sentem com a capacidade e o dever de moldar os destinos do mundo: estas circunstâncias encorajaram o desenvolvimento de uma disciplina com um forte cunho prático, destinado a servir de guia para o envolvimento internacional do novo gigante com pouco recurso à memória histórica. As oportunidades institucionais radicam na grande porosidade entre o meio académico e os corretores de poder nos Estados Unidos e no financiamento generoso que permitiu a criação de uma rede de fundações e outras instituições que respondiam às necessidades sentidas em Washington através de uma pesquisa dirigida para problemáticas previamente identificadas. Há que acrescentar a este último factor a existência de universidades dinâmicas, com grande capacidade de inovação, ao contrário daquilo que se verificava em muitas universidades europeias, mais manietadas pelo peso da tradição, ou em universidades noutras partes do mundo, como a União Soviética ou a China, onde havia pouca liberdade de investigação e debate.

Os factores que Hoffmann aponta foram, sem dúvida, factores poderosos na história da disciplina. Quem aborda a disciplina a partir de uma perspectiva europeia poderá sentir que a tese de Hoffmann marginaliza os contributos europeus, mas é importante notar que Hoffmann não emite juízos de valor quanto à qualidade de investigadores de outras partes do mundo. Antes pelo contrário, Hoffmann faz referências extremamente elogiosas ao australiano (embora residente em Inglaterra) Hedley Bull e ao francês Pierre Hassner e por toda a sua obra se sente a influência do seu antigo professor Raymond Aron. Aliás, as raízes europeias de Hoffman (judeu austríaco educado em França) estão omnipresentes na sua obra, dando porventura maior acuidade às suas observações sobre a americanidade da disciplina. Quando se olha, como se faz neste livro, para oito décadas da disciplina de RI, é difícil discordar de Hoffmann, pelo menos no plano empírico: os grandes debates, as grandes preocupações, as principais ideias, as teorias dominantes, todo o historial da disciplina, permitem que se fale de uma ciência social americana, passe o exagero próprio das expressões provocadoras. Outras abordagens existem e sempre existiram, sem qual-

quer sombra de dúvida, mas nunca tiveram a influência que permitisse moldar decisivamente o percurso da disciplina⁶.

Constitui um paradoxo que uma disciplina científica, intrinsecamente vocacionada pela sua própria abrangência para estudar problemáticas sentidas por todo o mundo, seja tão dominada por preocupações e abordagens americanas. A questão merece alguns comentários. O primeiro, já aflorado, é que a referência ao domínio americano é uma referência empírica e ao longo do livro surgirão, em diversos momentos, comentários sobre as raízes específicas das grandes questões do dia. Isto é, a influência preponderante norte-americana na disciplina não se relaciona com a natureza intrínseca da disciplina, mas antes com o enorme poder propiciado pelos factores referidos por Hoffmann, aos quais podemos ainda acrescentar a emergência da língua inglesa como língua franca global.

O segundo comentário é que um dos méritos da análise de Hoffmann está na ancoragem sociológica que ele dá à disciplina. Esta disciplina de RI não é a única disciplina possível de RI porque outras circunstâncias teriam criado outra disciplina. Assim, ao darmos razão a Hoffmann estamos também a chamar a atenção para os contornos muito específicos que a disciplina hoje tem, situando esses contornos no plano histórico de uma disciplina que se desenvolveu no enquadramento de uma hegemonia americana emergente e que, ano a ano, se foi consolidando ao longo do século XX.

Terceiro, na sequência do comentário anterior, há que referir as limitações que esta experiência produziu na disciplina tal como ela é. No início desta introdução fizemos referência à nossa insatisfação com a disciplina, sugerindo que um balanço dos seus propósitos iniciais não poderia ser positivo e que a disciplina tem frustrado as expectativas quanto a uma compreensão mais profunda das grandes dinâmicas internacionais que nos afectam cada vez mais avassaladoramente. Também Stanley Hoffmann, no final do seu artigo, confessa alguma desilusão, recomendando maior distância em relação a uma visão especificamente americana do mundo. Hoffmann aponta três princípios para a revitalização da disciplina, e no quarto de século que passou desde que ele escreveu só vemos razões para repetir os seus conselhos: há que ganhar distância em relação ao imediato, aumentando a compreensão histórica; há que ganhar distância em relação à perspectiva

⁶ Ole Wæver (1998) oferece uma análise interessante sobre o domínio americano da disciplina de RI, apontando para tendências emancipatórias em alguns países europeus.

americana, compreendendo melhor as dinâmicas que afectam os fracos e os revolucionários; há que ganhar distância em relação aos conselhos político-práticos, voltando a colocar no centro da disciplina as grandes questões da filosofia política. Numa escala modesta, que é a escala deste livro, procurámos seguir esses caminhos.

O percurso do livro

Este livro propõe ao leitor uma narrativa sobre a disciplina de RI nas universidades ocidentais, sobretudo no meio académico anglo-americano que domina esta área (e muitas outras na época em que vivemos). A narrativa é essencialmente cronológica, identificando as principais problemáticas com que a disciplina se ocupou desde os seus primórdios enquanto disciplina universitária, nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, até aos anos finais do século XX, quando o final da guerra fria obriga a repensar muitos dos pressupostos tradicionais.

Esta narrativa constitui a parte central do livro tanto em termos de conteúdo como na sua localização física. No capítulo 3, os debates das décadas entre as duas guerras mundiais são recordados com o objectivo de colocar em causa a leitura tradicional desse período da disciplina, que tende a ser preguiçosamente repetida de manual em manual sem que, muitas das vezes, os autores se tenham dado ao trabalho de consultar as obras dos autores daquele período. O capítulo 4 é dedicado à revolução realista, em especial a três autores fundamentais: Edward Hallett Carr, Reinhold Niebuhr e Hans Morgenthau. No capítulo 5 dá-se conta do aparecimento de uma geração de autores convencida de que o mundo era mais complicado do que os seus antecessores sugeriam e, no entanto, mais acessível através de análises e modelos científicos do que no passado se imaginava. O capítulo 6 descreve algumas das contestações mais radicais que irromperam pela disciplina num período em que também politicamente se punham em causa alguns dos mais importantes princípios organizadores do sistema internacional. Finalmente, no capítulo 7, correspondente aos anos finais da guerra fria e à década de 90, foca-se o debate sobre a natureza da cada vez mais complexa teia de redes e relações que ultrapassam o espaço nacional e a reinvenção do realismo (neo-realismo) nesse novo contexto.

Sem dúvida que há muitos debates e muitas abordagens que são tratados de forma extremamente resumida ou mesmo excluídos por completo desta narrativa. No processo de selecção e hierarquização de objectivos que esteve presente no planeamento do livro aceitou-se desde logo que o desiderato de uma crónica exaustiva da disciplina era secundário em relação à vontade de oferecer uma proposta de argumento sobre o percurso deste campo intelectual no meio universitário do século XX. É esta ordem de prioridades que explica a existência de mais quatro capítulos, dois antes da narrativa central e dois depois dessa narrativa, que têm por objectivo criar as condições para oferecer ao leitor algumas propostas pessoais sobre a matéria do livro, propostas que se destinam sobretudo a provocar alguma reflexão e a estimular o debate entre nós.

O capítulo 1 introduz alguns dos principais pressupostos que se encontram na disciplina, descrevendo três arquétipos ou imagens que servem como pontos de partida possíveis para esta incursão em RI. É igualmente uma oportunidade para colocar algumas das questões ontológicas que consideramos relevantes (ou mesmo inescapáveis) para um trabalho sobre RI no início do século XXI. O capítulo 2 procura identificar, através de uma tipologia cronológica do sistema internacional dos últimos três séculos e meio (o sistema vestefaliano), alguns dos principais parâmetros do exercício e da circulação de poder no meio internacional.

A seguir à narrativa central sobre RI surgem dois capítulos finais, aos quais chamámos «Propostas contemporâneas». No capítulo 8 dedicam-se algumas páginas à descrição de diversos instrumentos teóricos que consideramos úteis para a análise do mundo contemporâneo. Não se trata de forma alguma de um modelo teórico acabado, mas apenas de um contributo para a eventual elaboração de uma abordagem mais ambiciosa, mais capaz de absorver a complexidade do mundo. Como sempre, uma proposta desta natureza parte de um sentimento de insatisfação em relação às muitas outras propostas disponíveis. Esperamos que ao longo do livro o leitor encontre as razões que subjazem a esse sentimento de insatisfação.

O capítulo final abandona a introspecção académica, olhando para o mundo que a disciplina habita, mais do que para a disciplina em si mesma. Procuramos nesse capítulo descrever algumas questões centrais do mundo que vemos ao nosso redor, identificando as questões que consideramos de maior relevo para a disciplina de RI nestes primeiros anos do novo século. As propostas de instrumentos teóricos do

Introdução

capítulo anterior são, acreditamos, relevantes para o mundo que visualizamos no capítulo final. É esse o caminho que acreditamos ser o mais profícuo e interessante para a disciplina e é esse o caminho que nos propomos trilhar. Anima-nos a esperança de que alguns leitores estarão disponíveis para nos acompanharem nesse percurso.